



AO EXPEDIENTE **AJ08B6CB**
Em: **28/06/2021**

Presidente



GOVERNADORIA - CASA CIVIL 1º Secretário
MENSAGEM Nº 166, DE 25 DE JUNHO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Ínclita Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o Anexo Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 4.953, de 19 de janeiro de 2021.”

Senhores Parlamentares, o Projeto em questão tem por objetivo prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Recuperação de Créditos de ICMS da Fazenda Pública Estadual, REFAZ ICMS, até o dia 30 de setembro de 2021, com a finalidade de incentivar os contribuintes em débito com a Fazenda Pública, a quitarem seus compromissos com o Estado e, com isso, aumentar a receita tributária, auxiliar a recomposição do caixa do tesouro estadual e fortalecer a recuperação econômica de Rondônia.

Importante destacar que, a presente proposta visa, ainda, adequar a Legislação de acordo com o Convênio ICMS 86/21, de 31 de maio de 2021, que autoriza o Estado a prorrogar o prazo de adesão ao Programa de parcelamento de débitos fiscais, dessa forma, as alterações são pontuais, a fim de modificar o texto do artigo 3º da Lei nº 4.953, de 19 de janeiro de 2021, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos de ICMS da Fazenda Pública Estadual - REFAZ ICMS, e dá outras providências.”

Ademais, considerando que este Programa de Recuperação de Créditos de ICMS da Fazenda Pública Estadual exige aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e que está em conformidade com o Convênio ICMS 139/2018, alterado pelo Convênio ICMS 86/21, este Projeto de Lei apenas reproduz os termos com as devidas adequações. Nesse sentido, lembro a Vossas Excelências que não existe previsão legal para alteração dos seus dispositivos, sob pena de nulidade, de acordo com a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 25/06/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0018838753** e o código CRC **5AE71B2F**.

GOVERNADORIA - CASA CIVIL
PROJETO DE LEI DE 25 DE JUNHO DE 2021.

Altera a Lei nº 4.953, de 19 de janeiro de 2021.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O **caput** do art. 3º da Lei nº 4.953, de 19 de janeiro de 2021, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos de ICMS da Fazenda Pública Estadual - REFAZ ICMS, e dá outras providências.”, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º Para usufruir dos benefícios do Programa, o sujeito passivo deve formalizar sua adesão, que se efetivará com o pagamento de parcela única ou da primeira parcela, em até 30 de setembro de 2021, observado o disposto no § 3º.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 25/06/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0018838817** e o código CRC **12220F83**.